



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Aprovado

PARECER Nº 022/90

Em 2a discussão

Sala das sessões 10 de 12 de 1990

[Signature]
Presidente

Os membros da Comissão de FINANÇAS e ORÇAMENTO reunidos para exarar parecer pertinente ao projeto de lei nº 043/90, cuja súmula " **DISPÕE SOBRE A TAXA DE SAÚDE, O FUNDO ESPECIAL DE SERVIÇOS SANITÁRIOS-FESSAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**", emite o seguinte parecer:

1. A taxa ora estabelecida é exclusivamente em de corrência da prestação de atividades pelo Município em vigilância Sanitária e Saneamento Básico, cria um fundo Especial de Serviços Sanitários Municipais-FESSAM, que será administrado por um Conselho Diretor, sendo estes recursos depositados em conta especial junto ao Banestado S.A., agência de Campo Largo, cuja conta terá a denominação de " FUNDO DE SERVIÇOS SANITÁRIOS".
2. No art. 12, o poder executivo fica autorizado a estabelecer por Decreto o percentual de recursos referentes à Taxa de Saúde, e também no art. 13 o Poder Executivo fica autorizado a regulamentar as disposições atinentes à taxa de Saúde, e ao Fundo Especial de Serviços Sanitários- FESSAM, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Diante destas razões e considerando-se as vantagens advindas do projeto de lei nº 043/90, opinamos pela aprovação.

É o Parecer.

Sala de Reuniões, 29 de novembro de 1990.

[Signature]
Darci Antonio Andreassa - presidente

[Signature]
Juarez Buttura de Oliveira - relator

[Signature]
Ary Francisco Rivabem - membro -



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Aprovado
Em 12 de 03 de 1990
Presidente

Aprovado
Em 2a discussão
Sala das sessões 10 de 12 de 1990
Presidente

PARECER Nº 016/90
=====

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, reunida para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 043/90, cuja Súmula "DISPÕE SOBRE A TAXA DE SAÚDE, O FUNDO ESPECIAL DE SERVIÇOS SANITÁRIOS-FESSAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; emite o seguinte parecer:

1. Cumprindo o disposto no art. 38 do Regimento Interno, (Resolução 01/79), e, analisando o projeto de lei acima indicado, o mesmo não contém qualquer vício no seu aspecto constitucional, legal ou jurídico.

Diante das razões enumeradas, opinamos pela sua APROVAÇÃO, em todo o seu texto originário.

É o parecer.

Sala de Reuniões, 29 de novembro de 1990.

- vereador - Clementino Basso - Presidente

vereador - José Antonio Rossoni - relator

C. S.

Sebastião da S. Moreira - membro -